



Revista de Políticas Públicas

ISSN: 0104-8740

revistapoliticaspublicasufma@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão

Brasil

Santos Sousa, Salviana de Maria Pastor

RANCIÈRE, Jacques. O ódio à Democracia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. 125 p.

Revista de Políticas Públicas, vol. 19, núm. 2, julio-diciembre, 2015, pp. 529-530

Universidade Federal do Maranhão

São Luís, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321143695015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

RESENHA

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à Democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. 125 p.

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa¹
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Nascido em Argel em 1940, formado nos anos 1960, em Paris, e aposentado como professor emérito da Universidade de Paris VIII, Jacques Rancière é dos mais importantes filósofos da atualidade. Publicou variados trabalhos, entre os quais: *O Desentendimento - Política e Filosofia*, *A partilha do Sensível*, *A Noite dos Proletários*, *Políticas da Escrita*, *O destino das Imagens*, *A Fábula Cinematográfica*.

O livro que referencia a presente resenha denomina-se *O Ódio à Democracia*. Foi publicado em 2005, na França e lançado no Brasil, em 2014, pela Boitempo Editorial. Como é do seu feitio, Rancière traz ao debate público, de forma densa e tensionada, nesse trabalho, o tema da democracia, fazendo um circuito letrado pela história da filosofia política.

Nesse circuito ilustrado, apresentam-se vivamente autores de diferentes épocas que trazem respeitáveis contribuições para a reflexão sobre a democracia, entre os quais se destacam: Platão, Aristóteles, Rousseau, Maquiavel, Karl Marx, Friedrich Engels, Hannah Arendt, Benjamin Constant, Michel Crozier, Samuel Huntington, Pierre Rosanvallon, John Adams, Jean-Claude Milner, François Furet, Claude Lefort, Alfred Fouillée, Jules Ferry.

Nas 125 páginas do texto, Rancière recupera, com maestria, a indisposição que a democracia provoca naqueles que, independentemente do tempo e do lugar de nascimento, consideram-se titulares do poder de outorgar vida e morte ao restante dos mortais. Congrega esse debate nos quatro capítulos centrais do livro, assim, nomeados: *Da democracia vitoriosa à democracia criminosa*; *A política ou o pastor perdido*; *Democracia, república, representação* e *As razões do ódio*.

Rancière relembra que, em Platão, o primeiro a inventar esse modo proclamado de leitura sociológica próprio da era moderna, a democracia é a inversão de todas as relações que estruturam a sociedade. Isso porque a história conheceu dois grandes títulos de governo dos homens: um que se deve à filiação humana ou divina- a superioridade pelo nascimento-e outro relacionado à organização das atividades produtoras e reprodutoras. O primeiro fundamenta a ordem da cidade na lei da filiação. O segundo proclama, não o que nasceu antes- ou melhor-, mas aquele que é melhor.

As sociedades sempre foram governadas mediante uma concertação desses dois títulos,

todavia, as diferentes combinações dos critérios tradicionais de idade, riqueza e saber, mostraram-se insuficientes para abonar todas as situações emergentes. De modo a avalizar a própria razão de ser da política, necessário se fez, portanto, a criação de um princípio suplementar de autoridade, mais justo, capaz de garantir o poder de governar outras pessoas àqueles que não possuíam nenhum dos títulos reconhecidos. Trata-se do procedimento democrático pelo qual “[...] um povo de iguais decide a distribuição de lugares.” (p. 55).

Na medida, portanto, em que a concretização da democracia não exige nenhum princípio uno da comunidade que legitime a ação dos governantes, seu surgimento, segundo o autor, constituiu-se uma forma de autorização, mas também um escândalo. Este reside no fato de as pessoas *de bem* não admitirem que “[...] seu nascimento, sua ancianidade ou sua ciência tenha que se inclinar diante da lei da sorte.” (p. 56).

Essa forma de ruptura com os dois princípios centrais que autorizam o exercício do poder é o que, do ponto de vista de Rancière, aqui ou alhures, hoje como ontem, faz com que a democracia conviva com dois adversários de peso: um inimigo claramente identificado, conforme a época- tirania, ditadura ou totalitarismo- e um mal abstruso- a vida democrática-, principalmente em seus momentos de maior intensidade. E é a vida democrática o tema que mobiliza aqueles que odeiam e os que criticam essa forma de convivência societária.

Para o autor, nas duas formas históricas da crítica à democracia, encontram-se, de um lado, os que reconhecem sua existência com o escopo de definir limites, contê-la para preservar dois bens considerados sinônimos: *o governo dos melhores* e *a defesa da ordem proprietária*. De outro lado, há o pensamento marxiano que buscou desvendar a essência por trás da aparência de democracia no reino da propriedade, que é o fundamento da constituição republicana. Sendo que na diretriz central que orienta esse pensamento, é a luta contra a aparência de democracia legitimadora da ordem burguesa que se constitui a via para a construção de uma democracia real.

Para Rancière, a democracia apresenta uma antinomia que se desnuda na relação entre seu ideal, que é o poder do povo, e seu desenho estatal. Isto porque o poder do povo deve ter suporte em organismos e formas de ação independentes do Estado, enquanto a ação estatal é sempre oligárquica - uma maneira de privatização do poder de todos em favor de uma minoria, na atualidade, assentada na denominada democracia representativa. Tal instituição que é justificada em razão da complexidade da opção pela escolha popular, na verdade, segundo o autor, seria um subterfúgio para que as soluções que dependem exclusivamente das decisões dos especialistas não sejam submetidas ao voto popular.

Dessa forma, a República, construção política que melhor encarna esse reino da democracia representativa, da lei igual para todos, com o reconhecimento da soberania popular e das liberdades individuais, seria assim, na concepção do autor, um “[...] termo ambíguo, perseguido pela tensão implicada pela vontade de incluir nas formas instituídas do político o excesso da política.” (p. 82). Da mesma forma que a

[...] liquidação do denominado Estado-providência, longe de ser um recuo do Estado, é a redistribuição entre a lógica capitalista do seguro e a gestão estatal direta de instituições e funcionamentos que se interpunham entre as duas. (p. 105).

Mas, o novo ódio à democracia que se constitui o fundamento mesmo do livro em tela, segundo o autor, tem porta-vozes, em todos os países e se volta contra o povo e seus costumes, não contra as instituições democráticas propriamente ditas.

Para eles, a democracia não é uma forma de governo corrompido, mas uma crise da civilização que afeta a sociedade e o Estado através dela. (p. 10).

Porém,

[...] os mesmos críticos que não se cansam de denunciar essa América democrática da qual viria todo o mal do respeito das diferenças, do direito das minorias e da *afirmathe action* [ação afirmativa] que mina nosso universalismo republicano, são os primeiros a aplaudir quando essa mesma América trata de espalhar sua democracia pelo mundo através da força das armas. (p. 10).

Desse modo, esse discurso duplo traz uma versão mais perturbadora da fórmula de que a democracia é pior dos governos, com exceção de todos os outros: só existe uma democracia boa, a que reprime a catástrofe da civilização democrática. E são “[...] governantes e especialistas que calculam o bom equilíbrio entre o limite e o ilimitado.” (p. 99). Nesse contexto,

[...] as liberdades dos indivíduos são respeitadas, à custa de notáveis exceções em tudo que diga respeito à proteção das fronteiras e à segurança do território. (p. 94).

Tal *individualismo democrático*, imperante nos países exportadores da *democracia*, sob a forma de igualitarismo, exaure os valores coletivos e urde um novo totalitarismo que se concretiza quando a plena igualdade jurídica acentua o apoio para a manutenção

da desigualdade estrutural, em sociedades cada vez mais marcadas pela concorrência e não pela solidariedade. Onde o *homem democrático* é incentivado cada vez mais a constituir-se como “[...] ser insaciável, de mercadorias, direitos humanos e espetáculos televisivos.” (p.111).

Enfim, pode-se concluir que o texto em exame configura-se como uma proclamação de amor do autor pela democracia, construção que, segundo ele, é o que há de mais positivo já produzido em matéria de política. Longe de ser a forma de luta dos indivíduos empenhados na sua felicidade privada, como é pensada por alguns, do seu ponto de vista, a democracia é o processo de luta contra essa privatização, a ampliação da esfera pública, a luta contra a divisão do público e do privado, divisão que sempre garantiu a dupla dominação oligárquica no Estado e na sociedade.

Nesse sentido, para o autor, essa sociedade de iguais continua sendo uma utopia que se deixa apenas vislumbrar através de um conjunto de relações traçadas sob a forma de atos igualitários singulares e precários.

Por fim, uma consideração, reafirmada ao final do trabalho de resenhista. A obra *O ódio à Democracia*, de Jacques RANCIÈRE, pela contribuição singular que apresenta ao denso debate teórico-político sobre o tema da democracia, constitui-se leitura fundamental à compreensão dos caminhos, dilemas e implicações que se mostram no tempo presente e nas experiências concretas de sociedades e governos que se querem democratas.

NOTA

- 1 Assistente Social, Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora Titular do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da UFMA. E-mail: salvi200@globocom